

PROGRAMAS DE SAÚDE DA FAMÍLIA E PROFISSIONAL DA SAÚDE (CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAIS)

CONTEÚDO GERAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Atenção primária à saúde e Estratégia Saúde da Família.
2. Determinação social da saúde.
3. História das políticas de saúde no Brasil.
4. Medicalização social.
5. O Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE, G. S. C.; SILVA, M. J. S. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. **Saúde em Debate** [online]. 2014, v. 38, n. 103, pp. 953-965. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140082>
2. ALMEIDA, M. R.; GOMES, R. M. Medicalização social e educação: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente/SP, v. 25, n. 1, p. 155-175, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2728>.
3. BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.
4. BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8142.htm.
5. BORGHI, C. M. S. O.; OLIVEIRA, R. M.; SEVALHO, G. Determinação ou determinantes sociais da saúde: texto e contexto na América Latina. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 869-897, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00142>.
6. COHN, A. A reforma sanitária brasileira: a vitória sobre o modelo neoliberal. **Social medicine**, v. 3, n. 2, p. 82-94, 2008. Disponível em: <https://www.socialmedicine.info/index.php/socialmedicine/article/view/225>.
7. CONILL, E. M. Ensaio histórico-conceitual sobre a Atenção Primária à Saúde: desafios para a organização de serviços básicos e da Estratégia Saúde da Família em centros urbanos no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, p. s7-s16, 2008. Supl. 1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008001300002>.
8. LAURELL, A. C. **A saúde doença como processo social**. Disponível em: https://uniasus2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/6126/mod_resource/content/1/Conteudo_on-line_2403/un01/pdf/Artigo_A_SAUDE-DOENCA.pdf.
9. MACHADO, C. V.; LIMA, L. D.; BAPTISTA, T. W. F. Políticas de saúde no Brasil em tempos contraditórios: caminhos e tropeços na construção de um sistema universal. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, p. s143-s161, out. 2017. Supl. 2:e00129616. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00129616>.
10. MELO, E. A.; MIRANDA, L.; SILVA, A. M.; LIMEIRA, R. M. N. Dez anos dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf): problematizando alguns desafios. **Saúde debate**, v. 42, spe 1, p. 328-40, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S122>.
11. MENDES, A.; MELO, M. A.; CARNUT, L. Análise crítica sobre a implantação do novo modelo de alocação dos recursos federais para atenção primária à saúde: operacionalismo e improvisos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 1-14, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00164621>
12. MOROSINI, M. V. G. C.; FONSECA, A. F.; LIMA, L. D. Política Nacional de Atenção Básica 2017: retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 116, p. 11-24, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811601>.
13. PAIM, J. S. **O que é o SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/livro/o-que-e-o-sus-e-book-interativo>.

SAÚDE DA FAMÍLIA – ENFERMAGEM

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Atenção à saúde da criança e do adolescente.
2. Atenção à saúde da mulher.
3. Atenção à saúde de pessoas com necessidades especiais.
4. Atenção à saúde do adulto.
5. Atenção à saúde do idoso.
6. Atenção em saúde mental.
7. Ética e bioética aplicada à enfermagem.
8. Gerenciamento de enfermagem.
9. Intervenções básicas em urgência e emergências.
10. Lei do Exercício Profissional e Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
11. Normas e práticas de biossegurança.
12. Procedimentos de enfermagem.
13. Processo de enfermagem.
14. Processo de trabalho na Atenção Básica.
15. Programa Nacional de Imunização, Calendário vacinal e cuidados na conservação dos imunobiológicos.
16. Segurança do paciente.
17. Vigilâncias em Saúde (epidemiológica, sanitária, ambiental, saúde do trabalhador).

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde**. Brasília: Anvisa, 2017.
2. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Pacientes pela segurança do paciente em serviços de saúde**: Como posso contribuir para aumentar a segurança do paciente? Orientações aos pacientes, familiares e acompanhantes. Brasília: Anvisa, 2017. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/3507912/Como+posso+contribuir%20+para+aumentar+a+seguran%C3%A7a+do+paciente/52efbd76-b692-4b0e-8b70-6567e532a716>.
3. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Suicídio**: informando para prevenir. Brasília: CFM/ABP, 2014. Disponível em: https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/05/suicidio_informado_para_prevenir_abp_2014.pdf.
4. Atkin L, Bučko Z, Conde Montero E, Moffatt Christine, Probst Astrid, Romanelli Marco, et al. **Implementing TIMERS: the race against hard-to-heal wounds**. J Wound Care. doi:10.12968/jowc.2019.28.Sup3a.S1 Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30835604/>.
5. BELLIO, R.S. et al. **Cuidados de enfermagem ao paciente queimado**/ Porto Alegre: Moriá, 2018.
6. Boyer, Mary Jo. **Cálculo de dosagem e preparação de medicamentos**: Guanabara Koogan, 2010.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS**: tecendo redes para garantir direitos. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. ISBN 978-85-334-2162-2. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_psicossocial_crianças_adolescentes_sus.pdf.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta da Gestante**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: <http://portal-saude.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/01/Caderneta-Gest-Internet.pdf>.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Calendário Nacional de Vacinação**. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/vacinacao/calendario-vacinacao>.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). [Internet]; 2017. [Acesso em: 22 mar 2021]. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.ht.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução RDC nº 36, de 25 de julho de 2013**. Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2013/rdc0036_25_07_2013.html.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Atenção Humanizada ao Abortamento**: norma técnica. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 62 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Série Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos -Caderno nº 4). Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento.pdf.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Informe 3: Atenção às Pessoas em Situação de Violência Sexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/images/PDF/2016/abril/26/Informe%203_13_04_16.pdf.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança**: orientações para implementação. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 180 p.: il. ISBN 978-85-334-2596-5. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/biblioteca/pnaisc/>.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 318 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, nº 32). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Controle dos cânceres do colo do útero e da mama**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 13). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/controle_canceres_colo_uterio_2013.pdf.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, n. 19). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_saude_pessoa_idosa_n19.pdf.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 162 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 35). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_cab35.pdf.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**: diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 160 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_doenca_cronica_diabetes_mellitus.pdf.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 128 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica.pdf.
21. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual de estrutura física das unidades básicas de saúde**: saúde da família. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 72 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_estrutura_ubs.pdf.
22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família**: Vol. 1: Ferramentas para a gestão e para o trabalho cotidiano. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/nucleo_apoio_saude_familia_cab39.pdf.
23. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança**: aleitamento materno e alimentação complementar. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica; nº 23). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/saude_crianca_aleitamento_materno_cab23.pdf.
24. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança**: crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_crianca_crescimento_desenvolvimento.pdf.
25. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde mental**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 176 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 34). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_34.pdf.

26. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Linha de cuidado para a atenção às pessoas com transtornos do espectro do autismo e suas famílias na Rede de Atenção Psicossocial do Sistema Único de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 156 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pes-soas_transtorno.pdf.
27. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência. **Segurança do paciente no domicílio**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
28. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual do pé diabético: estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**. [Internet] 2016. [Acesso em 2021 Mar 21]. 62p.:il. ISBN 978-85-334-2361-9. Disponível em: http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/manual_do_pe_diabetico.pdf.
29. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Guia Alimentar para Crianças brasileiras menores de 2 anos** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2019.
30. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 160 p.: il. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/plano_acoes_enfrent_dcnt_2011.pdf.
31. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 176 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/manual_procedimentos_vacinacao.pdf.
32. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação**. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/manual_vigilancia_epidemiologica_eventos_adversos_pos_vacinacao.pdf.
33. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Diretrizes para vigilância, atenção e eliminação da Hanseníase como problema de saúde pública: manual técnico-operacional [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 58 p. Disponível em: http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/diretrizes_para_elimizacao_hanseniasse_-_manual_-_3fev16_isbn_nucom_final_2.pdf. ISBN 978-85-334-2348-0.
34. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Guia prático sobre a hanseníase [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2021/guia-pratico-sobre-hanseniasse>.
35. BRASIL. Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 40p.: il. ISBN 978-85-334-2130-1. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf.
36. BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção Primária à Saúde. NOTA TÉCNICA – ATENÇÃO A PESSOAS COM DOENÇAS CRÔNICAS NA APS DIANTE DA SITUAÇÃO DE PANDEMIA DE COVID-19 (CORONAVÍRUS). Disponível em:
37. https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/nota_tecnica_cond_cronicas.pdf.
38. BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria Extraordinária de enfrentamento à Covid 19. **Caderno de Ações para Vigilância e Assistência à Saúde das Condições Pós Covid no Âmbito do Ministério da Saúde**. Brasília. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cartilhas/2022/caderno-de-acoes-para-vigilancia-e-assistencia-a-saude-das-condicoes-pos-covid.pdf>.
39. BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto no 94.406, de 8 de junho de 1987**. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm#:~:text=D94406&text=DECRETO%20No%2094.406%2C%20DE,enfermagem%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.
40. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/>.
41. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). **Resolução nº 358, de 15 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Brasília, DF: COFEN, 2009. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-3582009_4384.html.
42. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). **Resolução nº 564, de 06 de novembro de 2017**. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Brasília, DF: COFEN, 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html.
43. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). **Resolução nº 696/2022, de 17 de maio de 2022**. Dispõe sobre a atuação da Enfermagem na Saúde Digital, normatizando a Telenfermagem. **Resolução nº 634, de 26 de março de 2020**. Autoriza e normatiza, “ad referendum” do Plenário do Cofen, a teleconsulta de enfermagem como forma de combate à pandemia provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), mediante consultas, esclarecimentos, encaminhamentos e orientações com uso de meios tecnológicos, e dá outras providências. Brasília, DF: COFEN, 2020. Disponível em: shorturl.at/hEPY1.
44. CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM (Paraná). **Protocolos de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde**. Curitiba - PR, COREN - PR, 2020. Disponível em: <https://protocolos.corenpr.gov.br/>.
45. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020: **Guia de boas práticas sobest**. Clannad Editora Científica. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/DIRETRIZES-COMPLETA-2019-2020.pdf>.
46. FORTI, A. C. *et al.* (org.). **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020**. São Paulo: Editora Clannad, 2018. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/DIRETRIZES-COMPLETA-2019-2020.pdf>.
47. HOCKENBERRY, M.; WONG, W. D. **Fundamentos de Enfermagem Pediátrica**. 9. ed. São Paulo: Elsevier, 2014.
48. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (Brasil). Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. Área de Vigilância do Câncer relacionado ao Trabalho e ao Ambiente. **Diretrizes para a vigilância do câncer relacionado ao trabalho**. Rio de Janeiro: INCA, 2012. 187 p. ISBN 978-85-7318-195-1. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/inca/diretrizes_vigilancia_cancer_trabalho.pdf.
49. KURCGANT, P. *et al.* (coord.). **Gerenciamento em Enfermagem**. 3. ed. [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019.
50. LEBLANC K *et al.* Best practice recommendations for the prevention and management of skin tears in aged skin. *Wounds International* 2018. Disponível em: <https://www.woundsinternational.com/uploads/resources/57c1a5cc8a4771a696b4c17b9e2ae6f1.pdf>.

51. LEITE, Iuri da Costa; DAUMAS, Regina Paiva; SILVA, Gulnar Azevedo e; TASCIA, Renato; BRASIL, Patrícia; GRECO, Dirceu B.; GRABOIS, Victor; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **O papel da atenção primária na rede de atenção à saúde no Brasil: limites e possibilidades no enfrentamento da COVID-19.** Cad. Saúde Pública [online]. 2020, vol.36, n.6 [citado 2021-05-28], e00104120. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1093/o-papel-da-atencao-primaria-na-rede-de-atencao-a-saude-no-brasil-limites-e-possibilidades-no-enfrentamento-da-covid-19>. ISSN 1678-4464. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00104120>.
52. MALACHIAS, M. V. B. et al. 7ª Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, Rio de Janeiro, v. 107, n. 3, 2016. Supl. 3. Disponível em: http://publicacoes.cardiol.br/2014/diretrizes/2016/05_HIPERTENSAO_ARTERIAL.pdf.
53. NAEMT & ACS. **Prehospital Trauma Life Support (PHTLS)** atendimento pré-hospitalar ao traumatizado. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2018.
54. OGUISSO, T.; SCHMIT, M. J. **O exercício da enfermagem: uma abordagem ético-legal.** 5.ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. São Paulo: LTR, 2011.
55. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Descontaminação e reprocessamento de produtos para saúde em instituições de assistência à saúde.** 2016. ISBN 978 92 4 154985 1.
56. POTTER, P. A.; PERRY, A. G. **Fundamentos de Enfermagem.** 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
57. PRIMEIRO ATENDIMENTO DE PACIENTES COM COVID-19. Disponível em https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files_documento/2021-03/PRIMEIRO%20ATENDIMENTO%20DE%20PACIENTES%20COM%20COVID-19.pdf.
58. SOUSA, Anderson Reis de et al. **Reflexões sobre o Processo de Enfermagem no trabalho de enfermeiras frente à pandemia da Covid-19.** Enfermagem em Foco, [S.l.], v. 11, n. 1.ESP, ago. 2020. ISSN 2357-707X. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3501>>. Acesso em: 28 maio 2021. doi:<https://doi.org/10.21675/2357-707X.2020.v11.n1.ESP.3501>.

SAÚDE DA FAMÍLIA – FARMÁCIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Assistência Farmacêutica.
2. Cálculos farmacêuticos.
3. Cuidado Farmacêutico.
4. Farmacoeconomia.
5. Farmacoepidemiologia.
6. Farmacologia: sistema cardiovascular, sistema endócrino, sistema nervoso central, infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e AIDS.
7. Farmacovigilância.
8. Formas farmacêuticas e biodisponibilidade.
9. Interpretação clínica de exames laboratoriais.
10. Legislação Profissional.
11. Legislação Sanitária.
12. Política Nacional de Assistência Farmacêutica.
13. Política Nacional de Atenção Primária à Saúde.
14. Política Nacional de Medicamentos.
15. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.
16. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Farmacopeia Brasileira**: Vol. 1. 6. ed. Brasília: ANVISA, 2019. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeia-brasileira>.
2. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Farmacopeia Homeopática Brasileira**. 3. ed. Brasília: ANVISA, 2011. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/farmacopeia-homeopatica>.
3. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Resolução RDC nº 67, de 08 de outubro de 2007.** Dispõe sobre boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficinais para uso humano em farmácias. Brasília: ANVISA, 2007. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-67-de-8-de-outubro-de-2007>.
4. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Resolução RDC nº 44, de 17 de agosto de 2009.** Dispõe sobre boas práticas farmacêuticas para o controle sanitário do funcionamento, da dispensação e da comercialização de produtos e da prestação de serviços farmacêuticos em farmácias e drogarias e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/legislacao/item/rdc-44-2009>.
5. ALMEIDA FILHO, N; BARRETO, M. L. **Epidemiologia & Saúde.** Fundamentos, métodos, aplicações. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2011.
6. ANSEL, H. C.; POPOVICH, N; ALLEN, L. V. J. **Farmacotécnica: formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos.** 6. ed. São Paulo: Premier, 2000.
7. ANSEL, H. C., STOKLOSA, M. J. **Cálculos farmacêuticos.** Porto Alegre: Artmed, 2008.
8. AULTON, M. E. **Delineamento de formas farmacêuticas.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
9. BARROSO, W. K. S.; RODRIGUES, C. I. S.; BORTOLOTTI, L. A.; MOTA-GOMES, M. A.; BRANDÃO, A. A.; FEITOSA, A. D. M.; MACHADO, C. A. et al. Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020. **Arq. Bras. Cardiol.** 2021;116(3):516-658. (Cap. 1 ao 9). Disponível em: https://abccardiol.org/wp-content/uploads/articles_xml/0066-782X-abc-116-03-0516/0066-782X-abc-116-03-0516.x44344.pdf.
10. BONITA, R.; BEAGLEHOLE, R.; KJELLSTROM, T. **Epidemiologia básica.** OMS, 2006. 2. ed. São Paulo: Santos, 2010.
11. BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência farmacêutica no SUS.** Brasília: CONASS, 2011.
12. BRASIL. **Decreto nº 85.878, de 7 de abril de 1981.** Estabelece normas para execução da Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, sobre o exercício da profissão de farmacêutico, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85878.htm.
13. BRASIL. **Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006.** Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5813.htm.

14. BRASIL. **Lei nº 3.820, de 11 de novembro de 1960.** Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1960. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3820.htm.
15. BRASIL. **Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5991.htm.
16. BRASIL. **Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.** Dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6360.htm.
17. BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para promoção, proteção, recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.
18. BRASIL. **Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8142.htm.
19. BRASIL. **Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.** Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9782.htm.
20. BRASIL. **Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999.** Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico, dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9787.htm.
21. BRASIL. **Lei nº 13.021, de 8 de agosto de 2014.** Dispõe sobre o exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13021.htm.
22. BRASIL. Ministério da Saúde. **Avaliação da assistência farmacêutica no Brasil:** estrutura, processo e resultados. Brasília: OMS/OPAS/Ministério da Saúde, 2005.
23. BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 338, de 6 de maio de 2004.** Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvsm/sau/legis/cns/2004/res0338_06_05_2004.html.
24. BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria nº 3.916, de 30 de outubro de 1998.** Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1998. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvsm/sau/legis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html.
25. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 971, de 3 de maio de 2006.** Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvsm/sau/legis/gm/2006/prt0971_03_05_2006.html.
26. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016.** Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvsm/sau/legis/gm/2016/prt0204_17_02_2016.html.
27. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.** Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvsm/sau/legis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.
28. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **HIV/AIDS, hepatites e outras DST.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
29. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Práticas Farmacêuticas no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf).** Brasília: Ministério da Saúde, 2017.
30. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Mental.** Brasília: Ministério da Saúde, 2013.
31. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Aquisição de medicamentos para assistência farmacêutica no SUS:** orientações básicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
32. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Assistência farmacêutica na atenção básica:** instruções técnicas para sua organização. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
33. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Política e Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.** Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
34. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998.** Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Brasília: Ministério da Saúde, 1998. Disponível em: https://bvsm.sau.gov.br/bvsm/sau/legis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html.
35. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (Brasil). **Programa de suporte ao cuidado farmacêutico na atenção à saúde:** PROFAR. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016. 76p. Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/file/_PROFAR_kit_Livro_corrigido.pdf.
36. CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (Brasil). **Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade:** contextualização e arcabouço conceitual. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016. 200p. Disponível em: http://www.cff.org.br/userfiles/Profar_Arcabouco_TELA_FINAL.pdf.
37. CUÉLLAR, L. M.; GINSBURG, D. B. **Preceptor's handbook for pharmacists.** Bethesda: ASHP, 2009.
38. FERREIRA, A. O. **Guia prático da farmácia magistral:** Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Pharmabooks, 2008.
39. FONTES, O. L.; CESAR, A. de T.; CHAUD, M. V.; TEIXEIRA, M. Z.; KISHI, M. A.; AMORIM, V. O. **Farmácia homeopática** teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Manole, 2009.
40. FORTI, A. C. *et al.* (org. coord.). Diretrizes Brasileiras de Diabetes 2019-2020. Sociedade Brasileira de Diabetes: Editora Clannad, 2019. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/imagens/DIRETRIZES-COMPLETA-2019-2020.pdf>.
41. GENNARO, A. R. **Remington – a ciência e a prática da farmácia.** 20 ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2004.
42. HARDMAN, J. G.; LIMBIRD, L. E. **Goodman & Gilman As Bases Farmacológicas da Terapêutica.** 11. ed. McGraw Hill, 2006.
43. IVAMA, A. M.; NOBLAT, L.; CASTRO, M. S.; OLIVEIRA, N. V. B. V.; JARAMILLO, N. M.; RECH, N. **Consenso Brasileiro de Saúde Atenção Farmacêutica:** proposta. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2002. 24 p. ISBN 85-87 943-12-X. Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvsm/publicacoes/PropostaConsensoAtenfar.pdf>.

44. LEITE, S. N. *et al.* (org.). **Gestão da assistência farmacêutica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. 160 p.: il., graf., tabs. (Assistência Farmacêutica no Brasil: Política, Gestão e Clínica; v. 2). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/187550/2-%20Gest%C3%A3o%20da%20assist%C3%A2ncia%20farmac%C3%A2utica%20e-book.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
45. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **A Importância da Farmacovigilância**: monitorização da segurança de medicamentos. OPAS, 2005.
46. RANG, H. P. *et al.* **Farmacologia**. 6. ed. Elsevier, 2007.
47. RIBEIRO, R. A. *et al.* Diretriz metodológica para estudos de avaliação econômica de tecnologias em saúde no Brasil. **J Bras Econ Saúde**, v. 8, n. 3, p. 174-184, 2016.
48. SILVA, P. **Farmacologia**. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
49. SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Posicionamento Oficial SBD nº 01/2019** - Conduta Terapêutica no Diabetes Tipo 2: Algoritmo SBD 2019. Disponível em: https://www.diabetes.org.br/publico/images/pdf/sbd_dm2_2019_2.pdf.

SAÚDE DA FAMÍLIA – MEDICINA VETERINÁRIA

PROGRAMA

1. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle na área de alimentos.
2. Boas práticas de fabricação.
3. Doenças transmitidas por alimentos.
4. Epidemiologia das doenças infecciosas e parasitárias.
5. Microbiologia de alimentos.
6. Riscos ambientais nos ambientes de trabalho.
7. Segurança dos alimentos.
8. Vigilância da qualidade da água e resíduos sólidos.
9. Vigilância sanitária de alimentos.
10. Vigilância, monitoramento e prevenção de zoonoses.
11. Zoonoses de importância em saúde pública.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). Gerência de Processos Regulatórios. Gerência-Geral de Regulamentação e Boas Práticas Regulatórias. **Biblioteca de Alimentos**. Links para as legislações. Atualizada em 27/05/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/regulamentacao/legislacao/bibliotecas-tematicas/arquivos/biblioteca-de-alimentos>
2. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 222, de 28 de março de 2018**. Regula as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde e dá outras providências. Brasília: ANVISA, 2018. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/legislacao/?inheritRedirect=true#/visualizar/371442>
3. BLAHA, T. **Epidemiologia especial veterinária**. Zaragoza: Ed. Acribia, 1995.
4. BRASIL. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a política nacional de resíduos sólidos. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm.
5. BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria do Trabalho. **Normas Regulamentadora NR 32** - Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde, de 16 de novembro de 2005, última atualização em 31/07/19 e alterado pela Portaria MTP n.º 806, de 13 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/seguranca-e-saude-no-trabalho/ctpp-nrs/norma-regulamentadora-no-32-nr-32>
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 5. ed. Brasília: Funasa, 2019. 545 p. Disponível em: <https://repositorio.funasa.gov.br/handle/123456789/541>
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de vigilância em saúde**: volume único. 5. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 1126 p.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses**: normas técnicas e operacionais. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 121 p.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021. Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Diário Oficial, 07 mai. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-888-de-4-de-maio-de-2021-318461562>
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Doenças infecciosas e parasitárias**: guia de bolso. 8. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 444 p.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual integrado de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por alimentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 158 p. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dtha/arquivos/manual-doencas-transmitidas-por-alimentos.pdf/view>
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Normas técnicas de profilaxia da raiva humana**. 1. ed. revisada. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 60 p.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigilância ambiental em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 42 p. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/manual_sinvas.pdf
14. BRASIL. Lei Nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial, 27 jan. 1999. Disponível em: <https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/104069/lei-9782-99>
15. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Higiene dos Alimentos** – Textos Básicos. Organização Pan-Americana da Saúde; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Food and Agriculture Organization of the United Nations. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2006. 64 p. ISBN 85-87943-47-2. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/4268>
16. PEREIRA, M. G. **Epidemiologia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1995.
17. RAMOS MARINS, B. *et al.* **Segurança alimentar no contexto da vigilância sanitária**: reflexões e práticas. Rio de Janeiro: EPSJV, 2014. 288 p. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/seguranca_alimentar_vigilancia_0.pdf
18. ROUQUAYROL, M. Z.; GURGEL, M. **Epidemiologia em saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.
19. SILVA Júnior, E. A. da. **Manual de Controle Higiênico Sanitário em Serviços de Alimentação**. 8. ed. -818 p. São Paulo: Livraria Varela, 2020.

20. THRUSFIELD, M. **Epidemiologia veterinária**. Zaragoza: Ed. Acribia, 1990.
21. TOMA, B. *et al.* **Epidemiologia aplicada à luta colectiva contra as principais doenças animais transmissíveis**. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

SAÚDE DA FAMÍLIA – NUTRIÇÃO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. COVID-19 e segurança alimentar e nutricional.
2. Diagnóstico nutricional individual e de coletividade.
3. Doenças crônicas não transmissíveis na Atenção Básica.
4. Educação alimentar e nutricional.
5. Ética profissional.
6. Nutrição e promoção da saúde.
7. Nutrição materno-infantil.
8. Políticas, programas e ações públicas de alimentação e nutrição.
9. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN.
10. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.

REFERÊNCIAS

1. BORTOLINI, G. A. de O.; T. F. V.; DE SILVA, S. A.; SANTIN, R. C.; DE MEDEIROS, O. L.; SPANIOL, A. M.; PIRES, A.C.L.; ALVES, M.F.M.; FALLER, L. A. Ações de alimentação e nutrição na atenção primária à saúde no Brasil. **Revista panamericana de salud publica**, 44, e 39. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.39>.
2. BRASIL. **Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Fascículo 1 Protocolos de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar: bases teóricas e metodológicas e protocolo para a população adulta** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Fascículo 2 Protocolos de uso do Guia Alimentar para a população brasileira na orientação alimentar da população idosa** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Fascículo 3 Protocolos de uso do Guia Alimentar para a população brasileira na orientação alimentar de gestantes** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. **Fascículo 4 Protocolos de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar de crianças de 2 a 10 anos** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
7. BRASIL. Ministério da Saúde. **Fascículo 5: protocolos de uso do guia alimentar para a população brasileira na orientação alimentar da pessoa na adolescência** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade de São Paulo. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. **Instrutivo de Abordagem Coletiva para manejo da obesidade no SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
9. BRASIL. Ministério da Saúde. **Instrutivo para o cuidado da criança e do adolescente com sobrepeso e obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
10. BRASIL. Ministério da Saúde. **Material teórico para suporte ao manejo da obesidade no Sistema Único de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 15, de 30 de março de 2017**. Dispõe sobre o Plano Operativo para implementação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS). Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/saudelegis/gm/2017/res0015_26_04_2017.html.
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cuidados em terapia nutricional**. 1. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_atencao_domiciliar_vol3.pdf.
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 152 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Caderno de Atenção Básica, n. 27).
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. 1 reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 76 p.: il. (Série G. Estatística e Informação em Saúde).
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN**. Brasília: Editora MS, 2013.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Caderno dos programas nacionais de suplementação de micronutrientes** [recurso eletrônico] versão preliminar / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção à Saúde. **Guia alimentar para crianças brasileiras menores de dois anos**. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.
21. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Insegurança alimentar na atenção primária à saúde: manual de identificação dos domicílios e organização da rede** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.

22. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas e Agravos não Transmissíveis no Brasil 2021-2030** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.
23. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 40 p.: il. ISBN 978-85-334-2670-2. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf.
24. BRASIL. Ministério da Saúde. Universidade Federal de Minas Gerais. **Instrutivo: metodologia de trabalho em grupos para ações de alimentação e nutrição na atenção básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
25. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012.
26. CERVATO-MANCUSO, A. M.; DE ANDRADE, S. C.; VIEIRA, V. L. (ed.). **Alimentação e Nutrição para o Cuidado Multiprofissional.** 1. ed. Barueri (SP): Manole, 2021.
27. CONSELHO FEDERAL DO NUTRICIONISTA (Brasil). **Resolução CFN nº 599, de 25 de fevereiro de 2018.** Aprova o Código de Ética e de Conduta do Nutricionista e dá outras providências. Brasília, DF: CFN, 2018. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_599_2018.htm.
28. FIAN-INTERNACIONAL. **Impacto da Covid-19 na Realização do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas - Relatório preliminar de monitoramento.** Tradução: Flavio Valente. Revisão da tradução: FIAN Brasil. FIAN Internacional, abril de 2020. Disponível em: <https://fi-anbrasil.org.br/impacto-da-covid-19-na-realizacao-do-direito-humano-a-alimentacao-e-a-nutricao-adequadas-relatorio-preliminar-de-monitoramento/>.
29. FRANCESCHINI, S. L.; RIBEIRO, S. A. V.; PRIORE, S. E.; NOVAES, J. F. **Nutrição e Saúde da Criança.** Rio de Janeiro: Rubio, 2018.
30. GIORDANI, R. C. F.; BEZERRA DA COSTA, I. The Pandemic Health Crisis and Its Implications for Food and Nutritional Security in Latin America. **Port J Public Health** 2020;38:166-175. DOI: 10.1159/000512958.
31. INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (org. e trad.). **A Síndrome Global da Obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas - Relatório da Comissão The Lancet.** São Paulo: IDEC, 2019. Disponível em: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the_lancet-sumario_executivo-baixa.pdf.
32. JAIME, P. C. **Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição.** Rio de Janeiro: Editora Atheneu Ltda., 2019.
33. LANG, RMF. CIACCHI, EMR. **EAN, Educação Alimentar e Nutricional - Fundamentação Teórica e Estratégias Contemporâneas.** 1a. ed. Rio de Janeiro: Rubio, 2021.
34. ROS, D.C.; BRASIOLI, M.; GUILHERME, R.C. (org.) **Guia Alimentar para uma Alimentação Saudável em tempos de COVID-19.** Brasília: Associação Brasileira de Nutrição - ASBRAN, 2020. Disponível em: <https://www.asbran.org.br/storage/arquivos/guiaCOVID19.pdf>.
35. TADDEI, J. A. A. C.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A.; VEGA, J. B. **Nutrição em saúde pública.** Rio de Janeiro: Rubio, 2017.

SAÚDE DA FAMÍLIA – ODONTOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Avaliação de risco social e biológico para as doenças bucais.
2. COVID-19 e Odontologia.
3. Educação em Saúde Bucal.
4. Epidemiologia em Saúde Bucal.
5. Estratégias de intervenção nos agravos relacionados à Saúde Bucal.
6. Modelos Assistenciais em Odontologia e Política Nacional de Saúde Bucal.
7. Planejamento e programação em Saúde Bucal.
8. Princípios de cariologia.
9. Promoção da Saúde com ênfase em Saúde Bucal.
10. Redes de Atenção à Saúde e sua relação com a Saúde Bucal.
11. Saúde Bucal na Estratégia Saúde da Família.
12. Uso de fluoretos em Saúde Bucal.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Brasil). **Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 04, de 30 de janeiro de 2020** (atualizada em 08/05/2020). Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Disponível em: <https://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/index.php/alertas/item/nota-tecnica>.
2. ANTUNES, J. L. F.; PERES, M. A. **Fundamentos de Odontologia: Epidemiologia da Saúde Bucal.** 2. ed. São Paulo: Santos, 2013. 738 p.
3. ATHAYDE, A.; SILVA, M. F. **COVID-19: Tendências em mudança e seu impacto no futuro da odontologia.** Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 11-23, 2021. DOI: 10.36557/2674-8169.2021v3n2p11-23. Disponível em: <https://bjihms.emnuvens.com.br/bjihms/article/view/150>. Acesso em: 27 jun. 2022.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. Coordenação-Geral de Saúde Bucal. **Nota Técnica nº 16/2020-CGSB/DESF/SAPS/MS.** COVID-19 e atendimento odontológico no SUS. Brasília: CGSB, 2020. Disponível em: https://egestorab.saude.gov.br/image/?file=20200618_N_SEIMS-0014813177-NT16COVID19ATENDIMENTOODONTOLOGICONO-SUS_6282583358739045095.pdf.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Perfil de competências profissionais do técnico em higiene dental e do auxiliar de consultório dentário.** Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial.** Brasília: Ministério da Saúde, 1997.

7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **A saúde bucal no Sistema Único de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 350 p.: il. ISBN 978-85-334-2629-0. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal_sistema_unico_saude.pdf.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**. 1. ed. 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 56 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 28, v. 1).
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na Atenção**. 1. ed.; 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 290 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 28, v. II).
10. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. **Diretrizes da política nacional de saúde bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
11. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 152 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos) (Caderno de Atenção Básica, n. 27).
12. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
13. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Prático do Programa Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2000.
14. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.
15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Bucal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Cadernos de Atenção Básica, n. 17).
16. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, n. 33). ISBN 978-85-334-1970-4.
17. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Cadernos de Atenção Básica, n. 24).
18. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **SB Brasil 2010: Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: resultados principais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 116 p.: il. ISBN 978-85-334-1987-2.
19. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Saúde da Família. **Diretriz para a prática clínica odontológica na Atenção Primária à Saúde : tratamento em gestantes**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 43 p.: il. ISBN 978-65-5993-21
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). ISBN 85-334-1198-7. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_promocao_saude.pdf.
21. BUFFON, M. C. M. (org.). **Práticas Coletivas em Saúde Bucal**. Curitiba: Imprensa Universitária UFPR, 2012.
22. CARRER, F. C. de A. (org.). **SUS e Saúde Bucal no Brasil: por um futuro com motivos para sorrir**. São Paulo: Faculdade de Odontologia da USP, 2019. 167 p.: il.
23. CASTRO CAMPOS C. *et al.* **Clínica odontológica infantil: passo a passo**. Goiânia: UFG/FO: FUNAPE, 2010. v. 1, 50 p. ISBN: 978-85-87191-47-2.
24. CHAVES, S. C. L. (org.). **Política de saúde bucal no Brasil: teoria e prática**. Salvador: EDUFBA, 2016, 376 p. ISBN 978-85-232-2029-7. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523220297>.
25. CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA (Brasil). **Recomendações AMIB/CFO para enfrentamento da COVID-19 na Odontologia** 3. ed. CFO; AMIB, 07/06/2020.
26. FRANCO J. B.; CAMARGO A. R. de; PERES, M. P. S. de M. Cuidados Odontológicos na era do COVID-19: recomendações para procedimentos odontológicos e profissionais. **Rev Assoc Paul Cir Dent**, v. 74, n. 1, p. 18-21, 2020. Disponível em: <http://www.crosp.org.br/uploads/arquivo/8b9e5bd8d0d5fd9cf5f79f81e6cb0e56.pdf>.
27. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância. **Estimativa 2014: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2014.
28. PARANÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de Assistência à Saúde. **Linha guia de saúde bucal**. Curitiba: SESA, 2014.
29. PEREIRA, A. C. **Saúde Coletiva: Métodos Preventivos para Doenças Bucais**. Série Abeno. Porto Alegre: Artes Médicas. 2013. 128 p.
30. PINTO, V. G. **Saúde Bucal Coletiva**. 7. ed. São Paulo: Santos, 2019. 440 p.
31. PIZZATTO E., GABARDO MCL. **Saúde Bucal Coletiva: Uma abordagem ampliada**. Ponta Grossa: Editora Atena. 2021. DOI: 10.22533/at.ed.722210106. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/4116>.

SAÚDE DA FAMÍLIA – TERAPIA OCUPACIONAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Atenção Básica/Primária à Saúde.
2. Atualidades em Terapia Ocupacional.
3. Fundamentos históricos, filosóficos e epistemológicos da Terapia Ocupacional.
4. Interprofissionalidade, trabalho em equipe e prática colaborativa.
5. Legislação, Ética e Deontologia em Terapia Ocupacional.
6. Método do Arco de Charles Maguerez: um método para problematização em Terapia Ocupacional.
7. Pandemia COVID-19, Atenção Primária à Saúde e Terapia Ocupacional.
8. Perspectivas, Teorias e Modelos em Terapia Ocupacional.
9. Práticas integrativas e complementares em Saúde: histórico, práticas integrativas e legislação.
10. Processo de Terapia Ocupacional.

REFERÊNCIAS

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TERAPEUTAS OCUPACIONAIS. (Brasil). **Lista de Procedimentos de Terapia Ocupacional (LPTO)**. Associação Brasileira dos Terapeutas Ocupacionais – ABRATO, 2007. Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/?page_id=3404.
2. AMERICAN OCCUPATIONAL THERAPY ASSOCIATION (AOTA). **Estrutura da Prática da Terapia Ocupacional: Domínio e Processo 3. ed.** Tradução: Alessandra Cavalcanti, Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra e Valéria Meirelles Carril Elui. Título original: Occupational therapy practice framework: Domain and process. 3th ed. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**, 26, p. 1-49, jan./abr. 2015. Edição especial.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Carteira de Serviços da Atenção Primária à Saúde (Casaps)**: Versão Profissionais de Saúde e Gestores – Completa. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/casaps_versao_profissionais_saude_gestores_completa.pdf.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010**. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html. Anexo disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/anexos/anexos_prt4279_30_12_2010.pdf.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.: il. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39).
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. **Portaria nº 99, de 7 de fevereiro de 2020**. Redefine registro das Equipes de Atenção Primária e Saúde Mental no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-99-de-7-de-fevereiro-de-2020-242574079>.
9. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). **Relatório da Família Ocupacional 2239 - Terapeutas Ocupacionais, Ortopistas e Psicomotricistas**. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>. [Passo 1: realizar a busca por “terapeuta ocupacional”. Passo 2: no item “Resultados de títulos encontrados”, clicar no hiperlink “terapeuta ocupacional”. Passo 3: na coluna “Buscas”, à esquerda, clicar em “Relatório da Família”. Passo 4: consultar os dados na própria página ou exportando o arquivo Pdf.]
10. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). **Relatório Tabela de Atividades da Família Ocupacional 2239 - Terapeuta Ocupacional, Ortopista e Psicomotricista**. <http://www.mteco.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf>. [Passo 1: realizar a busca por “terapeuta ocupacional”. Passo 2: no item “Resultados de títulos encontrados”, clicar no hiperlink “terapeuta ocupacional”. Passo 3: na coluna “Buscas”, à esquerda, clicar em “Relatório Tabela de Atividades”. Passo 4: selecionar todas as opções e clicar em “Gerar Tabela de Atividades”. Passo 5: abrir o arquivo Pdf gerado.]
11. CABRAL, L. R. da S.; BREGALDA, M. M. A atuação da terapia ocupacional na atenção básica à saúde: uma revisão de literatura. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 25, n. 1, p. 179-189, 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1466/831>.
12. CANIGLIA, M. **Terapia Ocupacional: um enfoque disciplinar**. Belo Horizonte: Ophicina de Arte & Prosa, 2005.
13. CASANOVA, I. A.; BATISTA, N. A.; MORENO, L. R. A Educação Interprofissional e a prática compartilhada em programas de residência multiprofissional em Saúde. **Interface, Comunicação, saúde e educação**, Botucatu, v. 22, p. 1325-337, jul. 2018. Supl. 1. DOI: 10.1590/1807-57622017.0186. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0186>.
14. CECCIM, R. B. Conexões e fronteiras da interprofissionalidade: forma e formação. **Interface, Comunicação, saúde e educação**, Botucatu, v. 22, p. 1739-1749, 2018. Supl. 2. DOI: 10.1590/1807-57622018.0477. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622018.0477>.
15. COLOMBO, A. A.; BERBEL, N. A. A Metodologia da Problematização com o Arco de Maguerez e sua relação com os saberes de professores. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 28, n. 2, p. 121-146, jul./dez. 2007. Disponível em: http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_390_ametodologiadaproblematizacaocomoarcodemaguerez.pdf.
16. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (Brasil). **Resolução nº 407, de 18 de agosto de 2011**. Disciplina a Especialidade Profissional Terapia Ocupacional em Saúde da Família e dá outras providências. Brasília, DF: COFFITO, 2011. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3170>.
17. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (Brasil). **Resolução nº 415 de 19 de maio de 2012**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do registro em prontuário pelo terapeuta ocupacional, da guarda e do seu descarte e dá outras providências. Brasília, DF: COFFITO, 2012. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3178>.
18. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (Brasil). **Resolução nº 425, de 08 de julho de 2013**. Estabelece o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional. Brasília, DF: COFFITO, 2013. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3188>.
19. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (Brasil). **Resolução nº 445, de 26 de abril de 2014**. Altera a Resolução-COFFITO nº 418/2011, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional. Brasília, DF: COFFITO, 2013. Disponível em: <http://www.coffito.gov.br/nsite/?p=3209>.
20. CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL (Brasil). **Resolução nº 516, de 20 de março de 2020**. Dispõe sobre a suspensão temporária do Artigo 15, inciso II e Artigo 39 da Resolução COFFITO nº 424/2013 e Artigo 15, inciso II e Artigo 39 da Resolução COFFITO nº 425/2013 e estabelece outras providências durante o enfrentamento da crise provocada pela Pandemia do COVID-19. Brasília, DF: COFFITO, 2020. Disponível em: <https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=158255>.
21. COSTA, M. V. A educação interprofissional e o processo de formação em saúde no Brasil: pensando possibilidades para o futuro. In: SOUZA, R. M. P.; COSTA, P. P. (org.). **Nova formação em saúde pública**: aprendizado coletivo e lições compartilhadas na RedEscola. Volume 2. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, ENSP, RedEscola, 2019. p. 45-61. Disponível em: <http://redescola.ensp.fiocruz.br/livro-nova-formacao-em-saude-publica-aprendizado-coletivo-e-liceos-compartilhadas-na-redescola>.
22. CREPEAU, E. B.; COHN, E. S.; SCHELL, B. A. B. **Willard & Spackman – Terapia Ocupacional**. 11. ed. Tradução: Francisco Dieb Paulo *et al.* Revisão Técnica: Eliane Ferreira. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. cap. 02, 18, 19, 20, 21, 32, 42, 43, 44, 45 e 46.

23. FALCÃO, I. V.; JUCÁ, A. L.; VIEIRA, S. G.; ALVES, C. K. A. A terapia ocupacional na atenção primária a saúde reinventando ações no cotidiano frente as alterações provocadas pelo COVID-19. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 333-350, 2020. Supl. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/index.php/ribto/article/view/34454>.
24. HAGEDORN, R. **Fundamentos da Prática em Terapia Ocupacional**. Trad. Vagner Raso. São Paulo: Roca, 2003.
25. HAGEDORN, R. **Ferramentas para a Prática em Terapia Ocupacional: Uma Abordagem Estruturada aos Conhecimentos e Processos Centrais**. São Paulo: Roca, 2007. cap. 01, 02, 04, 05, 06, 08, 10, 15, 23, 24, 25, 26, 27, 32, 33 e 34.
26. PÁDUA, E.M.M. de; FERIOTTI, M. de L. (orgs). **Terapia Ocupacional e Complexidade: práticas multidimensionais**. Curitiba-PR: CRV, 2013. Cap. II.
27. PIRAQUARA (PR). Secretaria Municipal de Saúde. Instrumentos de Gestão. Plano Municipal de Saúde. **Programação de Saúde - PAS 2019**. Disponível em: <http://www.piraquara.pr.gov.br/aprefeitura/secretariaseorgaos/saude/Instrumentos-de-Gestao-107-11955.shtml>.
28. SILVA D. B. Terapia Ocupacional, cotidiano e pandemia COVID-19: inquietações acerca do ocupar o tempo-espaço. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 529-553. 2020. Supl. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/index.php/ribto/article/view/34489>.
29. SILVA, D. B. da. **A Terapia Ocupacional no Brasil na perspectiva sociológica**. (Tese de Doutorado em Sociologia). Orientador: José Miguel Rasia. Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2017. cap. 4 e 5. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52791>.
30. WORLD FEDERATION OF OCCUPATIONAL THERAPIST – WFOT. Declaração de Posição Telessaúde. Tradução: Katia Mari Omura e Gonçalo Carreiro. **Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup**, Rio de Janeiro, suplemento, v. 4, n. 3, p. 416-421, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/index.php/ribto/article/view/34165>.

PROFISSIONAL DA SAÚDE – CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Anatomia cirúrgica de cabeça e pescoço.
2. Anatomia de cabeça e pescoço.
3. Anestesiologia.
4. Cirurgia bucomaxilofacial: métodos e técnicas de biópsias; cirurgias reparadoras; cirurgias de dentes inclusos; cistos e tumores odontogênicos; reconstruções dos rebordos alveolares; seio maxilar e articulação temporomandibular.
5. Cirurgias ortognáticas.
6. Emergências médicas em Odontologia.
7. Noções de implantodontia e enxertias.
8. Patologias maxilo faciais.
9. Propedêutica cirúrgica: pré-operatório, transoperatório e pós-operatório.
10. Radiologia: exames intrabucais; exames extrabucais e métodos alternativos de avaliação do complexo bucomaxilofacial.
11. Terapêutica aplicada.
12. Traumatologia bucomaxilofacial: princípios gerais e urgências em traumatologia bucomaxilofacial; traumatismos alvéolo-dentários; fraturas de mandíbula; fraturas do complexo zigomático orbitário; fraturas do terço médio da face; traumatismo craniano; fraturas do nariz; fraturas naso-órbitomaxilofaciais.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, E. D. **Terapêutica medicamentosa em Odontologia**. 3 ed. São Paulo: Artes Médicas, 2014.
2. ARNETT, W. G.; MCLAUGHLIN, R. P. **Planejamento facial e dentário para ortodontistas e cirurgiões bucomaxilofaciais**. São Paulo: Artes Médicas, 2004.
3. BAGHERI, S. C.; BELL, R. B.; KHAN, H. A. **Terapias atuais em cirurgia bucomaxilofacial**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
4. DRAKE, R. L.; VOGL, A. W.; MITCHEL, A. W. M. **GRAY'S Anatomia para estudantes**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
5. ELLIS III E.; ZIDE M. F. **Acesso cirúrgico ao esqueleto facial**. 2. ed. Ed. Santos, 2006.
6. EPKER, B. N.; STELLA, J.P.; FISH, L.C. **Dentofacial deformities-integrated orthodontic and surgical correction**. 2th ed. Saint Louis: Mosby. vol. 1, 1995. vol. 2, 1996. vol. 3, 1998. vol.4, 1999.
7. FONSECA, R, J. *et al*. **Trauma Bucomaxilofacial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
8. GIL, J. N.; CLAUS J. **Estética Facial: A Cirurgia Ortognática Passo a Passo para Ortodontistas e Cirurgiões**. São Paulo: Editora Santos, 2009.
9. HAMMER, B. **Fraturas orbitárias**. São Paulo: Editora Santos, 2005.
10. HUPP, J. R. *et al*. **Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.
11. MALAMED, S. F. **Emergências Médicas em Odontologia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016
12. MALAMED, S. F. **Manual de anestesia local**. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.
13. MAZZONETTO, R.; DUQUE NETO, H.; NASCIMENTO, F. F. **Enxertos ósseos em implantodontia**. Nova Odessa: Editora Napoleão, 2012.
14. MILORO, M. *et al*. **Princípios de Cirurgia Bucomaxilofacial de Peterson**. 3. ed. Editora Santos, 2016.
15. NEVILLE, B. W.; DAAMM, D. D.; ALLEN, C. M. A; BOUQUOT, J. E. **Patologia Oral & Maxilofacial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
16. PREIN, J. **Manual of Internal Fixation in the Cranio-Facial Skeleton**. Berlin: Springer, 1998.
17. PROFFIT. W. R.; WHITE JR, R. P.; SARVER, D. M. **Tratamento Contemporâneo de deformidades dentofaciais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.
18. WILLIAMSON, M. A.; SNYDER, L. M. **Wallach - Interpretação de exames laboratoriais**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.